

- Nesta parte da **Prova de Conhecimentos**, faça o que se pede, usando, caso deseje, os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para o **CADERNO DE TEXTO DEFINITIVO DA QUESTÃO DISCURSIVA**, nos locais apropriados, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.
- No **Caderno de Texto Definitivo**, a presença de qualquer marca identificadora nos espaços destinados à transcrição do texto definitivo acarretará a anulação da sua questão discursiva.
- Na questão discursiva, ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **20,00 pontos**, dos quais até **5,00 pontos** serão atribuídos ao quesito apresentação e estrutura textuais (introdução, desenvolvimento e conclusão, adequação à proposta e sequência de ideias), até **5,00 pontos**, ao desenvolvimento do tema (aprofundamento e domínio do tema, argumentação e criticidade, uso de exemplos, dados, citações e riqueza e consistência das ideias), e até **10,00 pontos**, ao conhecimento técnico do tema.

-- PARTE II – QUESTÃO DISCURSIVA (ESTUDO DE CASO) --

Um deputado federal propôs projeto de lei complementar (PLC X), prevendo tratamento favorável para as microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo SIMPLES. O PLC X propõe que o limite da receita bruta, para fins de inclusão das microempresas e empresas de pequeno porte no SIMPLES, seja de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil), bem como propõe a redução das hipóteses de exclusão das empresas optantes pelo SIMPLES. A votação do PLC X foi iniciada na Câmara dos Deputados, tendo sido o projeto aprovado pela maioria simples dos parlamentares presentes. Posteriormente, o PLC X foi enviado ao Senado Federal, que formalizou emenda ao PLC X, por meio da qual houve o abrandamento das restrições de adesão de determinadas atividades ao SIMPLES, isto é, foram reduzidas as restrições para que uma microempresa ou empresa de pequeno porte opte pelo SIMPLES. No Senado Federal, o PLC X foi votado e aprovado, por maioria simples, e encaminhado à sanção presidencial.

Antes de sancionar o PLC X, o presidente da República, buscando antecipar e acelerar a reformulação do SIMPLES, editou medida provisória (MP Y) mediante a qual implementou, a partir da sua data de publicação, aquele limite de R\$ 450.000,00 relativo à receita bruta, para fins de inclusão das microempresas e empresas de pequeno porte no SIMPLES. Após ser formalizada e publicada, a MP Y foi enviada à Câmara dos Deputados para ser votada.

Em trâmite na Câmara dos Deputados, a MP Y ainda não teve sua votação concluída, razão pela qual o presidente da República sancionou apenas parte do PLC X, no que se refere às matérias não coincidentes com aquela medida provisória, de forma que a Lei Complementar X foi publicada e entrou em vigor.

Considerando a situação hipotética apresentada, elabore, de forma fundamentada, um texto dissertativo analisando a regularidade das proposições normativas em questão — projeto de lei complementar X [valor: 5,00 pontos] e medida provisória Y [valor: 5,00 pontos] — e suas respectivas tramitações, de acordo com a Constituição Federal de 1988 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

ESTUDO DE CASO – RASCUNHO 1/2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

ESTUDO DE CASO – RASCUNHO 2/2

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	